

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 04 DE FEVEREIRO DE 2009:

Aos quatro dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e nove, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas quinze horas e cinco minutos, iniciou-se e teve lugar a primeira sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1-APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2008;

1.2- LEITURA DE EXPEDIENTE

II- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.2- ORÇAMENTO E PLANO DE ACTIVIDADES PARA O EXERCICIO ECONÓMICO DE 2009 DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DÃO LAFÕES/CONHECIMENTO;

2.3- PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO/ PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA SANEAMENTO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO, NO MONTANTE DE 6 500 000,00 EUROS, AO ABRIGO DO ARTIGO 40º DA LEI Nº 2/2007, DE 15 DE JANEIRO E ARTIGOS 3º A 7º DO DECRETO-LEI Nº 38/2008, DE 07 DE MARÇO= APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.4- PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLICIA DO CONCELHO DE SANTA COMBA DÃO=APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.5- REGULAMENTO DE TRÂNSITO/ALTERAÇÃO= APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO

III- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e António Agostinho Castro Cunha. Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas os senhores deputados Lauro de Figueiredo Gonçalves, Elsa da Natividade Rodrigues Silvestre do Amaral, João Duarte Boto Martins, Edite da Conceição Alves Cruz, Agostinho Pires, César Fernando Lima Branquinho, Paula Francisca Rodrigues Gomes, Joaquim Santos, Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz, José Augusto Morais de Sousa, Sandro Branquinho de Matos, António João dos Santos Martins, Carla Isabel Silva Cunha, Pedro Miguel Soares Veloso, António Alexandre Varela Gomes, Paulo Dirceu Domingues dos Santos, Manuel Macedo Varela Dias, José Rui Batista Alves Ferreira, António Dias da Cruz Brinca da Silva, Augusto de Oliveira Santos, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, José Marques Duarte da Cruz, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos e Paula Cristina Massano Nunes Correia. Verificaram-se as ausências dos Srs. Deputados Guilherme Luís Leitão Castanheira e Nuno João Marques da Costa Pereira que justificaram a falta.

A sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Ponto um ponto um: APECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2008. Não havendo pedidos de intervenção, passou-se para a votação sendo esta acta aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto um ponto dois: LEITURA DE EXPEDIENTE. O 1º Secretario leu uma Moção da Assembleia Municipal de Valença, enviada pelo seu ofício circular nº300 de 3/12/2008 onde tomava posição sobre a limitação do exercício de voto dos Presidentes de Junta de Freguesia enquanto membros de pleno direito das Assembleias Municipais conforme o previsto na Lei nº45/2008, de 27 de Agosto.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra aos Srs. Deputados tendo-se inscrito Paula Francisca Gomes, António João Martins, João Boto Martins, César Branquinho, Agostinho Pires e José Augusto Sousa.

Dada a palavra à Sra. Deputada Paula Francisca Gomes, esta fez a intervenção que consta do anexo nº1 desta acta.

Para responder às questões postas nesta intervenção foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer não conhecer mais algum projecto turístico para além dos que foram focados e que foram bandeira durante muitos anos do Partido Socialista, portanto a pergunta deveria ser endereçada àquele Partido. Todos os projectos turísticos tiveram desenvolvimentos significativos durante estes três anos do seu mandato. Em relação aos Centros Educativos disse que havia capacidade de endividamento à luz da anterior Lei, mas em 2007 foi aprovada a nova Lei das Finanças Locais que impôs novas regras rigorosas, aumentando as dificuldades devido ao grau de endividamento que havia, não em resultado do exercício de 2006 como já foi provado, mas sim devido ao acumular de dividas vindas dos anos anteriores. Na altura de decidir a construção dos novos Centros Educativos, pareceu-lhe e tinha a certeza que a melhor solução era a parceria Publico-

Privada, que não deixa de ser um financiamento bancário mas diferente e onde toda a responsabilidade está do lado privado, sendo que este financiamento não contava para o endividamento camarário. No entanto era importante desmentir que o financiamento para os Centros Educativos não é de 70%, mas sim inferior a 40% do valor total das obras tendo em conta as limitações impostas. Construindo apenas um Centro Educativo em Santa Comba Dão como era a opção do Partido Socialista, o custo seria sensivelmente o mesmo, os cerca de 8 milhões de euros para os três Centros, com a agravante de ter que se transportar todos os alunos para Santa Comba Dão. Assim a Câmara teria que financiar os Centros em cerca de 4 a 5 milhões de euros, que contavam para o endividamento global da autarquia. Considerou a sua opção como boa, aliás seguida por outras autarquias e gostava de saber como se compromete o futuro como se diz, quando se estão a fazer investimentos para o futuro, estando sim a dar-se a possibilidade de ter um futuro melhor. Em relação aos parques de estacionamento, realmente o anterior regulamento já previa uma zona de estacionamento pago conforme já tinha sido focado anteriormente, a zona em frente aos bancos e no largo Nossa Sra. da Conceição. Foi apenas feita uma alteração àquele regulamento estendendo o estacionamento pago a toda a zona antiga. Também era verdade que o projecto de mobilidade sustentável já levava a que uma parte do estacionamento da zona antiga iria ser tarifada de forma a promover a rotatividade de lugares.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado António João Martins, que começou por referir uma sua intervenção feita na sessão de 28 de Abril de 2006 onde abordou a existência de situações duvidosas e pouco transparentes no que respeitava ao funcionamento dos serviços técnicos de obras do Município que poderiam indiciar a prática de corrupção ou tráfico de influências. Agora vinha denunciar uma situação a que assistiu no passado dia 5 de Janeiro, cerca das 11 horas, encontrando-se nos serviços técnicos da Câmara viu entrar o Sr. Arquitecto Gamito com um requerente ao lado e preencher um requerimento para dar entrada de documentos que trazia consigo e entregar os mesmo com a maior das naturalidades. Tal acto levava-o a concluir que aquele procedimento fosse normal. Não podendo o Sr. Arquitecto Gamito fazer qualquer trabalho particular para a Câmara de SCDão e não se tratar de um serviço para os munícipes posto à disposição pela Autarquia, perguntava o motivo pelo qual era feito aquele serviço e na hora de expediente para a Câmara? Face a tão grave situação, solicitava ao Sr. Presidente da Câmara a abertura de um inquérito para averiguar este tipo de situações com a urgência que o caso merecia.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado João Boto Martins, que começou por lembrar a questão que colocou na sessão anterior sobre a medida que permitiu poupar cerca de 5 mil euros em combustível num mês. Referiu a resposta do Sr. Presidente da Câmara expressa na respectiva acta. Sobre este assunto disse que o Sr. Presidente da Câmara na sua resposta não tinha exemplificado os contratos que lamentou não ter rasgado, deixando apenas a ideia de que não eram vantajosos para a Câmara. Entretanto teve conhecimento que o contrato dos combustíveis feito pelo anterior executivo tinha a duração de um ano sendo renovado tacitamente por igual período, não sendo portanto um contrato longo, com isto queria dizer que este contrato podia ter sido denunciado em 2005, ou em 2006, ou em 2007. Assim queria saber a razão porque exarou um despacho para a renovação do contrato

em 2006, porque razão afirmou que o contrato apenas agora terminou e porque razão demorou tanto tempo a tomar uma medida que permitiu uma diminuição de 5 mil euros na despesa mensal com combustíveis. Outra questão que queria colocar era que nos bilhetes dos parques de estacionamento consta como responsável pela sua emissão a Combanima, no entanto na proposta aprovada pela Assembleia, a gestão e a exploração dos parques foi atribuída à DaoGest. Gostaria de saber a razão desta alteração, que não foi presente à Assembleia para aprovação. Ainda sobre o estacionamento gostaria de saber quem iria fiscalizar o pagamento e eventualmente aplicar sanções pelo não pagamento, a quem deve ser atribuída a responsabilidade pela colocação das máquinas emissores de bilhetes em locais onde não estão demarcados os lugares de estacionamento e nem sequer tapados os buracos no pavimento.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara disse nunca ter afirmado que entre os contratos que (entre aspas) rasgaria estava o contrato dos combustíveis. O porquê de só em 2008 se ter detectado o consumo exagerado de combustível foi ter-se implementado outra medida porque antes disso não se conseguia saber. Só se pode chegar à conclusão que algo não está bem, na altura em que se altera o procedimento. Era uma medida que vinha do anterior executivo e que dava facilidades e não havia razões para não renovar o contrato, pois estava convencido que era a melhor solução. A situação só foi detectada quando se verificou que as facilidades em termos de pagamento pela empresa não eram as que a Câmara necessitava em altura de dificuldades financeiras e daí ter-se adoptado o novo sistema de requisições que se veio a revelar mais eficaz. Se quisesse exemplos de contratos que não faria, dizia já que não faria o contrato das pavimentações que representava mais de um milhão de euros, haveria mais mas que agora e de repente não lhe ocorriam. Sobre o estacionamento dizia ao Sr. Deputado, assim como a todos os outros que deviam ler toda a documentação que é distribuída, pois a DãoGest solicitou que fosse concedida à Combanima a exploração dos parques por razões que explicou. Assim elaborou uma proposta que foi aprovada em reunião de Câmara e posteriormente enviada também à Assembleia Municipal onde esta situação era indicada. Portanto o Sr. Deputado mesmo que tenha votado contra tinha que ter conhecimento da situação. Sobre a fiscalização, claro que será feita pelas autoridades competentes conforme o previsto na lei e no regulamento de trânsito. A GNR e os fiscais da Câmara podem exercer esta fiscalização. Em relação às máquinas colocadas em locais onde não estão delimitados os parques, claro que o Sr. Deputado tinha toda a razão, mas gostava de perguntar que solução haveria para pintar parques e tapar buracos com o tempo chuvoso que tem feito nas últimas semanas.

Para responder o Sr. Deputado Boto Martins solicitou a palavra dizendo que não se lembrava de ter sido aprovada a alteração da DãoGest pela Combanima e sobre a solução para a pintura dos parques e o tapar dos buracos seria adiar o início do pagamento do estacionamento pago naqueles locais até que viesse bom tempo.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado César Branquinho que começou por dizer que pessoalmente era pelo construção de dois Centros Educativos, sobre o motivo de não se ter feito a candidatura já tinha sido respondido, mas lembrava que a Câmara tinha que pagar de rendas cerca de 60 mil euros mensais durante trinta anos. Se estivesse enganado

agradecia que fosse corrigido. Quando às despesas com pessoal, recordou ao Sr. Presidente da Câmara o afirmado no Boletim Municipal de Março de 2006 e na Assembleia Municipal de Fevereiro de 2008 onde referia as limitações, a necessidade de diminuir e os resultados já obtidos nas despesas com pessoal. Lembrou as verbas dos quadros onde constam as despesas com pessoal referentes a 2005, 2006 e 2007, este agravado com os gastos de pessoal na Combanima para afirmar que a política de contenção das despesas com pessoal afinal não tem tido resultados, uma vez que cada vez se gastava mais o que o preocupava. Caso o Sr. Presidente da Câmara não concordasse, desafiava-o a publicar uma lista dos funcionários admitidos em 2005 e a lista de funcionários admitidos a partir de 2006 onde constasse a função exercida por cada um. Perguntou ainda se havia funcionários que recebessem dinheiro por quilómetros e caso haja gostaria de o saber.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara começou por perguntar ao Sr. Deputado a localização dos dois Centros Educativos. Um seria com certeza em SCDão e outro gostaria que identificasse a sua localização. Sobre as despesas com pessoal, reconhecia que não eram fáceis de controlar, mas talvez o Sr. Deputado tivesse uma varinha mágica para que tal aumento não se verificasse. Talvez com essa varinha não se efectuasse o aumento salarial decretado por lei, não se admitisse pessoal para cumprir com as novas competências transferidas pelo Estado, não deixar que os funcionários fossem promovidos de acordo com a lei. Portanto tinha que esperar que as pessoas que reunissem as condições para se reformar o fossem fazendo e que estes lugares não sejam ocupados. A diminuição das despesas com pessoal era um objectivo, mas não era fácil de concretizar, sendo mais fácil quando se está do outro lado e contestar. Caso o Sr. Deputado também tivesse alguma solução, agradecia que a desse. Quanto ao pagamento por quilómetro, claro que há pagamentos quando vão em serviço e utilizam a viatura própria, conforme está estabelecido na Lei preenchendo o respectivo Boletim Itinerário, como por ventura acontecerá ao Sr. Deputado quando se desloca no seu carro em serviço, a não ser que ofereça o dinheiro ao Estado.

Pedi novamente a palavra o Sr. Deputado César Branquinho para esclarecer que a opção pela construção de dois Centros Educativos era pessoal e não em nome da bancada do Partido Socialista. Em relação ao pagamento das deslocações por quilómetro pensava que a Câmara tinha viaturas suficientes para os funcionários se deslocarem nelas. Sobre a solução para diminuir as despesas com pessoal, uma seria não o admitir.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Agostinho Pires que começou por referir a garantia que a pessoa do Sr. Presidente da Assembleia dava no cumprimento da Lei e no respeito dos valores democráticos de forma a assegurar o bom funcionamento da Assembleia. Contestou o comentário feito pelo Sr. Deputado Boto Martins e expresso na acta da sessão anterior sobre o modo como estava a ser ocupado o período referente à intervenção do público. Expressou a sua opinião de que o debate político deve ser tão amplo quanto possível e que nas discussões tudo deve estar em aberto, mesmo vindo da intervenção do público. Reafirmou a opinião de que nunca houve qualquer intervenção do público que directa ou indirectamente nada tivesse a ver com assuntos relacionados com o Município. Questionou por fim a bancada do Partido Socialista por não ter sido dada

resposta à questão colocada no final da sua intervenção feita na sessão anterior, onde comentava a actual exigência no cumprimento do Regimento e do porquê de não ter sido usado o mesmo critério nos anteriores mandatos sobre o cumprimento do determinado na informação sobre a situação financeira do Município.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado José Augusto Sousa, que questionou a razão pela qual não foi dado cumprimento ao projecto que havia para a requalificação do Bairro do Fundo de Fomento de Habitação que tinha até o concurso aberto. Estando aquele bairro bem localizado, lamentava que estivesse naquela situação e queria ser esclarecido para poder responder a questões que já lhe tinham sido postas. De seguida discordou da posição expressa anteriormente pelo Sr. Deputado Agostinho Pires, dizendo que os deputados é que eram e foram eleitos para fazer politica, quando na realidade algumas intervenções feitas no período do público não são pedidos de esclarecimento mas sim discursos afirmativos contra um determinado Partido abusivamente feitos e que põem numa situação difícil o Sr. Presidente da Assembleia que elogiou pelo seu modo de conduzir os trabalhos nas sessões. Lembrou que o público devia ter sempre o seu espaço para intervenção, mas respeitando o Regimento, considerando sim uma falta de respeito as intervenções feitas fora do conteúdo do Regimento e que chegam até a condicionar a actuação do Sr. Presidente da Assembleia. O Partido Socialista não podia ouvir e sem poder dar resposta aos ataques feitos, lembrando a acusação feita a uma membro do Governo Civil, que por acaso pertence ao Partido Socialista por ter usado uma viatura do Estado numa cerimónia pública. Terminou reafirmando que as intervenções por parte do público não podiam ser de cariz político e uma vez que se aproximavam eleições talvez fosse altura de se aproveitarem as pessoas com facilidades de oratória para serem eleitos e depois fazerem as intervenções que quisessem.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu dizendo que efectivamente de entre os projectos que encontrou, um foi abandonado e outro foi adiado. O projecto abandonado foi a construção da creche no antigo quartel da GNR, por via da construção dos novos Centros Educativos e da necessidade de no local instalar as equipas dos GIPS e que agora iria sofrer nova intervenção, pois devido à remodelação orgânica da GNR ia ser instalado em Santa Comba Dão um efectivo de cerca de 40 elementos da antiga Brigada de Trânsito. O projecto que foi adiado foi realmente o da requalificação do Bairro do Fundo de Fomento e penalizava-se por ainda não ter conseguido fazer aquele trabalho. O projecto estava já em fase de adjudicação e foi adiado devido a uma conversa que teve com o Presidente do Instituto Nacional de Habitação onde foi criada a expectativa de que para além da requalificação fossem feitas algumas construções adicionais e que dariam outra beleza ao Bairro. Este projecto não se concretizou e lamentou que a situação ainda se mantivesse. Não conseguia dizer quando se iria fazer a intervenção, mas esperava resolver a situação o mais depressa possível, considerando-a urgente.

Não havendo mais intervenções, passou-se para o ponto dois da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo ponto 2, do Artº19º do Regimento, passou-se para o ponto dois ponto um: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE

DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO. O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que fez a sua intervenção baseada na informação já distribuída aos Srs. Deputados. Apresentou ainda alguns quadros estatísticos contendo o resumo das Obras Municipais, Obras de Planeamento, Actividades de Fiscalização (total de acções 597), Actividades do Gabinete de Planeamento (175) e Processos de Obras Particulares (986), frisando neste campo a quebra no número de processos que se verifica desde 2005.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra aos Srs. Deputados tendo-se inscrito o Sr. Deputado Boto Martins, que solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que os documentos de apoio que apresentou em Power Point fossem também distribuídos a todos os deputados para que pudessem ser analisados atempadamente.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara disse que aqueles quadros eram normalmente feitos por ele e muito em cima da sessão da Assembleia, como tinha sido o caso destes mapas que foram terminados na véspera. No entanto os documentos estavam aos dispor dos Srs. Deputados que poderiam dirigir-se à Câmara e solicita-los.

Seguiu-se para o ponto dois ponto dois: ORÇAMENTO E PLANO DE ACTIVIDADES PARA O EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2009 DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DÃO LAFÕES/CONHECIMENTO. Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Assembleia considerou que a Assembleia tomou conhecimento dos documentos apresentados.

Passou-se para o ponto dois ponto três: PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO/ PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA SANEAMENTO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO, NO MONTANTE DE 6 500 000,00 EUROS, AO ABRIGO DO ARTIGO 40º DA LEI Nº 2/2007, DE 15 DE JANEIRO E ARTIGOS 3º A 7º DO DECRETO-LEI Nº 38/2008, DE 07 DE MARÇO= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO. O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, tendo este solicitado autorização para que o ponto fosse apresentado pelo Sr. Vereador Fernando Cruz.

Dada esta autorização, o Sr. Vereador começou por referir que aquele era um documento estratégico fundamental para o futuro do Município e por isso à partida impunham-se três esclarecimentos fundamentais. O primeiro era o porquê de só agora se apresentar este plano, a resposta estava na legislação que tinha vindo a ser publicada e que regulamentava estas situações e a sua aplicação à realidade do Município. O segundo: a partir desta legislação, determinar um conjunto de projectos fundamentais para o desenvolvimento do Concelho e que obrigavam a ter condições de equilíbrio financeiro no período de aplicação do QREN. O terceiro: a aplicação do plano inicial quando o executivo foi eleito de forma a equilibrar as finanças do Município. Considerou o documento profundamente equilibrado e sério. Analisou o peso que os principais grupos de despesas e receitas têm no orçamento e a necessidade do seu controlo para que o saneamento se faça mediante as condições impostas. O plano contemplava o investimento ao longo da sua aplicação. A partir da aprovação do plano por parte do Tribunal de Contas a Câmara tinha que ter maior ponderação, um maior equilíbrio nalguns gastos, que estavam tipificados.

Considerou o plano como fundamental para que o Município ganhe outra dinâmica, relance a sua actividade e venha apresentar trimestralmente aquilo que era o observatório do controlo da despesa e da sua monitorização quer pelos Organismos do Ministério da Finanças, quer pela Direcção Geral do Orçamento do Estado que também vão monitorizar a nível externo as contas do Município e os resultados atingidos em cada trimestre ou em cada semestre. Mostrou confiança nos resultados do Plano, até porque a nível interno a Câmara estava a montar uma estrutura de monitorização ao nível da despesa.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra aos Srs. Deputados, tendo-se inscrito os Srs. Deputados Pedro Soares Veloso, Carla Cunha e Boto Martins.

Dada a palavra ao Sr. Deputado Pedro Veloso, este questionou: 1º - o porquê da necessidade do Município ter de fazer este Plano de Saneamento Financeiro; 2º - o porquê da dívida de curto prazo ser de cerca de 5 milhões de euros e se fazer um pedido de empréstimo a longo prazo de 6,5 milhões de euros e 3º - havendo actualmente um equilíbrio entre a despesa e a receita, como se previa obter receitas para se pagar este empréstimo.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara disse que a razão do Saneamento Financeiro era o resultado da má situação financeira do Município, porque era o único instrumento que iria equilibrar a situação financeira, porque era permitido pela Lei e acima de tudo para a Câmara cumprir as suas obrigações para com os fornecedores. Sobre a segunda questão disse que o Plano de Saneamento Financeiro, para além de se direccionar para o que tem de se pagar, prevê também uma margem para investimento de forma a que os projectos pretendidos possam ser executados. Disse que o equilíbrio registado nos últimos anos entre a receita e a despesa tinha que ser continuado e ser potenciado nos próximos anos, onde as receitas terão que ser bem superiores às despesas. Há no plano uma série de soluções a implementar para a diminuição das despesas, obrigando a Câmara a uma grande disciplina orçamental e a ser implementado um sistema de contabilidade analítica de controlo de custos. A despesa será neste caso controlada praticamente ao dia. Será possível e o Plano também prevê ter receitas extraordinárias, que neste momento a actual conjuntura não favorece e por isso se avançou já com o estacionamento pago na tentativa de se aumentarem as receitas, podendo haver também a venda de algum património. Ainda sobre o porquê da necessidade do Plano, acrescentou que se não tivesse herdado a dívida vinda do anterior executivo não se estaria agora a discutir a sua necessidade. A gestão da Câmara foi suficientemente prudente, embora com bastante investimento para não estarmos a discutir 5 milhões de euros, talvez estivéssemos a discutir 1 milhão de euros, mas nesta situação não seria necessário o Plano de Saneamento Financeiro.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Carla Cunha que constituiu o anexo nº2 desta acta. Seguidamente leu a declaração de voto do Partido Socialista que constitui o anexo nº3 desta acta.

Para responder às questões e críticas expressas na intervenção anterior e declaração de voto do Partido Socialista foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. Este começou por referir que depois de ouvir aquela declaração de voto tinha chegado à conclusão que se calhar teria sido melhor pedir à bancada do Partido Socialista que elaborasse aquele plano,



esperando também que quem fez aquela análise não tenha sido também quem elaborou o Plano de Saneamento Financeiro para a Câmara de Lisboa que já foi chumbado pelo Tribunal de Contas várias vezes. Disse que ira passar por cima da declaração de voto, pois a mesma parecia-lhe uma coisa alucinante, não indo rebater ponto por ponto do que foi dito. O que iria rebater eram as afirmações iniciais feitas na intervenção onde mais uma vez se verifica que o Partido Socialista de Sta.C.Dão vive noutra Concelho ou noutra planeta, porque realmente não está a par da realidade, sendo a sua diferente e por outro lado esqueceu-se muito depressa do passado. Tinha dito antes que não fosse a dívida que encontrou e não estariam de certeza a discutir aquele assunto, a actual Câmara estaria numa posição tranquila e cumpriria os seus compromissos dentro dos prazos legais. Pedia portanto que o Partido Socialista não tentasse deitar para trás das costas a gestão e a herança financeira recebidas da Câmara anterior, deviam assumir tal responsabilidade e não estarem num patamar superior dizendo mal de tudo e de todos. Denunciou a existência de uma estratégia por parte do Partido Socialista logo após a sua tomada de posse no sentido de derrubar tudo o que tentava fazer, mas propostas concretas para o bem de Sta.C.Dão, o apresentado até hoje foi zero. Acusou a bancada do Partido Socialista de estar em contraciclo com os grandes desafios adoptados pelo Governo, como a reforma do pré-escolar e do 1º ciclo, a requalificação urbana, não só como dizem em Sta.C.Dão mas também nas freguesias, o projecto de eficiência energética, que já foi introduzido nos Centros Educativos, sendo bom que o Sr. Eng. Sócrates não soubesse destas posições, por estarem em desacordo com os desígnios do Governo. Em relação à aplicação da reforma do ensino preconizada pelo Governo, acrescentou que a oposição só conseguia ver defeitos na forma como conseguiu levar para a frente o projecto através da parceria publico-privada, que não serão os trinta anos ou os 60 000 euros de renda por mês como foi dito, não sendo de certeza essa a realidade, pois só quando houver um contrato de arrendamento é que se saberão os verdadeiros valores, que garantiu irem ser bem menores. Lembrou que se estavam a pagar dívidas bancárias que não foram contraídas por esta Câmara, que tinha feito apenas empréstimos de cerca de 800 mil a um milhão de euros, existindo dívidas bancárias de cerca de sete milhões e meio de euros e ainda as dívidas à Associação de Municípios que estavam a ser pagas e continuariam a pagar, portanto a preocupação com a sustentabilidade futura já devia ter existido quando foram contraídas aquelas dívidas. Sobre a concessão por 50 anos, considerou de pura demagogia a observação, pedindo para que se conhecesse a lei. A meta dos 50 anos existe por obrigação da lei que estabelece tal limite no domínio privado, não querendo dizer que seja aquele o espaço de tempo em causa. Perguntou à Sra. Deputada se também não estava preocupada com a concessão do Governo às Estradas de Portugal por um espaço de tempo superior a 90 anos. Os prazos poderão ser menores e no fim desses prazos tudo volta para a posse da Câmara, logo após e através das rendas ser pago o investimento feito, que no caso dos Centros Educativos esperava que fosse de 25 anos. Considerou de demagogia pura a menção destes prazos sem explicar o porquê e as condições.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Boto Martins que disse vir reafirmar alguns aspectos já apresentados pela sua colega de bancada Carla Cunha, nomeadamente a

cuidada elaboração do Plano no que se refere à situação da Câmara e no que se refere às medidas a adoptar para reduzir as despesas ser pouco exacto. O Sr. Presidente da Câmara na sua longa intervenção anterior não deu resposta a estas questões, pois fez um longo discurso político, chamando mais uma vez de inconscientes, incompetentes e ignorantes os Deputados do Partido Socialista, tendo talvez alguma razão na parte que lhe cabia, pois desconhecia parte das matérias discutidas. Mais uma vez veio reafirmar a herança de uma dívida do anterior executivo, que toda a gente já assumiu, até mesmo eles pois ao longo dos três anos aprovaram as contas da Câmara onde constava essa dívida, só que o Sr. Presidente da Câmara diz que fez um pedido de empréstimo de 800 mil euros, mas não explicou o porquê da dívida ter aumentado alguma coisa, para não dizer significativamente, desde 2005 e para ser mais exacto podia fazer uma média anual, a dívida do Partido Socialista em dezasseis anos foi de X e a da Coligação em quatro anos foi de Y, seria também outra maneira de avaliar a dívida. Mas concretamente o que se queria saber era por exemplo quando e como os vinte e quatro funcionários iam para a reforma. Apenas a Câmara teria os dados que permitiam analisar em pormenor a situação, a quantificação da situação é que não estava feita, dizendo-se apenas que em doze anos se irão reformar vinte e quatro funcionários que não serão substituídos, não se especificando quando e como. Por outro lado em relação às medidas de redução das despesas, diz-se apenas que vai ser elaborado um “tableau de bord” onde vão ser inscritos dados que permitirão um controlo constante das despesas, mas então o controlo será efectuado “à posteriori”, pois primeiro inscreve-se no “tableau” e depois é que se controlam, não seria preferível controla-las antes? Por outro lado a explicação do Sr. Vereador Fernando Cruz chamou-lhe a atenção por nunca ter mencionado a Assembleia Municipal como competente para fiscalizar o cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, portanto perguntava como a Assembleia Municipal iria ter a possibilidade de verificar se o Plano estava a ser cumprido, se nem sequer sobre a data da reforma de dois ou três funcionários foi feita a previsão. Para não se alongar e não correr o risco de seguir o exemplo do Sr. Presidente da Câmara e fazer um discurso Político, que não estava nos seus hábitos, terminava.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara disse que iria tentar não fazer um discurso político. Relativamente ao controlo pretendido, obviamente que a Assembleia Municipal era o órgão fiscalizador natural e aqui a própria Lei das Finanças Locais é explícita, não sendo nominativa, claro que não diz se o funcionário A, B ou C vai ser reformado no dia tal, o que é controlado são as contas, se está a ser cumprida a diminuição da despesa e o aumento da receita, muitas vezes a forma de lá chegar pode não ser exactamente a que está no Plano, onde estão previsões, cabendo ao executivo ir monitorizando o seu cumprimento para ir sendo devidamente ajustado aos seus objectivos, isso sim é o que a Assembleia irá verificar. Sobre o porquê do aumento da dívida e porque se foi fazer mais um empréstimo de 800 mil euros, disse que havia investimentos feitos e que estavam à vista. Por outro lado quando se pretende que se faça a média das dívidas, teria que dizer para não ir por aí, pois em 1990 a dívida era de 1,5 milhões de euros e em 2005 era de cerca de 12 milhões, sendo também preciso contabilizar a dívida à Associação de Municípios do Planalto Beirão, seria necessário fazer as devidas correcções monetárias e financeiras e ver o que é representativo.

Sobre a possibilidade do controlo ser feito antes, disse não lhe parecer ser isso possível, o que se controla é a execução do plano, portanto a execução de, depois de se fazer controla-se ou seja quando se faz um plano é proposto cumprir-se determinado tipo de parâmetros sendo controlados “à posteriori” para ver se foram ou não cumpridos. O que interessava no plano era criar mecanismos de controlo diário, de maneira a que as correcções fossem feitas o mais rapidamente possível no caso de haver desvios. Terminou dizendo que as medidas apresentadas eram todas possíveis de concretizar.

A Sra. Deputada Carla Cunha pediu novamente a palavra para reafirmar que o Partido Socialista não era contra a apresentação do Plano de Saneamento Financeiro, mas contra a forma como o mesmo está produzido, pois da sua análise verifica-se que existem alguns vícios. Leu um acórdão do Tribunal de Contas referente à apresentação do Plano de Saneamento Financeiro. Terminou dizendo que as medidas apresentadas eram extremamente vagas, pouco quantificadas e sobretudo não eram referenciadas temporalmente.

O Sr. Presidente da Câmara retorquiu dizendo que no País foram até agora aprovados dois ou três Planos de Saneamento Financeiro que foram elaborados pelo mesmo consultor que elaborou o Plano agora apresentado, esperando portanto que isso fosse alguma garantia de sucesso.

Não havendo mais intervenções passou-se para a votação sendo o ponto aprovado por maioria de 21 votos (16 da Coligação e 5 do Partido Socialista) e 7 votos contra do Partido Socialista (Srs. Deputados César Branquinho, Boto Martins, José Augusto Sousa, Carla Cunha, Edite Cruz, Isabel Cruz e Paulo Dirceu).

Seguiu-se para o ponto dois ponto quatro: PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA DO CONCELHO DE SANTA COMBA DÃO=APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este justificou a apresentação desde regulamento com a falta até agora de normas que orientassem e regulassem a toponímia e a atribuição da numeração de polícia no Concelho. Sendo a Câmara a responsável por este assunto, serão também as Juntas de Freguesia a aplicá-lo nas suas áreas.

Não havendo pedidos de intervenção, o ponto foi posto à votação sendo aprovado por unanimidade.

Seguidamente e após a aprovação deste Regulamento havia a necessidade de indicar por parte da Assembleia Municipal e nos termos do seu nº2 do Artº 4º, três cidadãos de idoneidade e prestígio reconhecido para fazerem parte da Comissão Municipal de Toponímia. O Sr. Deputado Agostinho Pires por parte da Coligação indicou os Srs. Professores Sérgio Manuel Morais da Costa e António Nunes da Costa Neves. O Sr. Deputado César Branquinho indicou por parte do Partido Socialista o Sr. José Augusto Morais de Sousa.

A indicação destes cidadãos para fazerem parte da Comissão Municipal de Toponímia foi posta à votação sendo aprovada por maioria com 27 votos a favor (15 da Coligação e 12 do Partido Socialista) e uma abstenção da Coligação (Sr. Deputado Sandro Branquinho).

Seguiu-se para o ponto dois ponto cinco: REGULAMENTO DE TRÂNSITO/ALTERAÇÃO= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este justificou a apresentação desta alteração com a necessidade de adaptar as condições de funcionamento das Zonas de Estacionamento Pago a situações mais particulares e que não estavam previstas conforme a proposta distribuída aos Srs. Deputados.

Dada a palavra aos Srs. Deputados fez a sua intervenção o Sr. Deputado César Branquinho que disse ter o Partido Socialista votado já anteriormente contra o pagamento do estacionamento no modelo em que o mesmo estava concebido. O anterior executivo já previa o estacionamento pago em frente ao Banco, aos Correios, à C.G.Depósitos e mais alguns locais. Eram a favor do alargamento dos espaços não pagos, não pactuando com prejuízos para o comércio local, os comerciantes, os residentes e do cidadão comum que queira visitar e frequentar a zona histórica e comercial da Santa Comba Dão, por isso o voto do Partido Socialista seria de abstenção.

Não havendo mais intervenções, o ponto foi posto à votação sendo aprovado por maioria de 20 votos (16 da Coligação e 4 do Partido Socialista) e seis abstenções do Partido Socialista (Srs. Deputados César Branquinho, José Augusto Sousa, Carla Cunha, Edite Cruz, Isabel Cruz e Paulo Dirceu). Não estiveram presentes na votação os Srs. Deputados Boto Martins e Augusto Santos.

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos, foi lida de seguida a minuta da acta desta sessão que posta à votação foi aprovada por unanimidade.

Passou-se de seguida para o ponto três da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

O Sr. Presidente da Assembleia abriu as inscrições para intervenções do público tendo-se inscrito três munícipes que fizeram as intervenções como se descreve a seguir.

A primeira intervenção foi feita pela Sra. D. Esmeralda Rocha Antas, de Vila Pouca que começou por referir ser a Assembleia Municipal o centro da democracia do Concelho e portanto ser ali o local onde tudo devia ser denunciado, todas as suas intervenções têm sido feitas no interesse das pessoas do Concelho, não para todas talvez, mas para algumas. Foi dito que trazia para ali questões de ordem política, mas não é o seu local próprio? Focou as intenções manifestadas contra o que tem afirmado e as suas envolvências e enalteceu a coragem demonstrada, existindo exemplos na Assembleia e no Executivo. Lamentou a falta de argumentação, de audácia e responsabilidade com o recurso a práticas no sentido de impedirem o que tem para dizer, questionando a situação de alguém que se diz muito amigo de Santa Comba Dão, com responsabilidades políticas no Concelho e que deixou alunos a meio do ano para ocupar um cargo que lhe permite ser inofuscável e omnipresente.

Nesta altura o Sr. Presidente da Assembleia interrompeu a intervenção pedindo para que a mesma, de acordo com o Regimento se debruçasse em questões concretas e de interesse para o Município e de forma a que pudesse haver esclarecimentos quer dele, quer do Sr. Presidente da Câmara, o que não era o caso. Poderia concluir desde que pedisse esclarecimentos concretos e que pudessem obter qualquer resposta quer da Mesa, quer do qualquer membro da Câmara.

A munícipe continuou contando uma situação que lhe foi transmitida por um representante de uma marca automóvel. Disse-lhe que agora na Câmara tudo estava muito diferente, agora já era recebido e até já tinha iniciado a resolução das dívidas que tinha com a Câmara anterior o que antes não acontecia uma vez que nunca era recebido. Disse que ficava a história para que alguém pudesse dar esclarecimentos, mesmo quem visse só para um lado ou vendo as coisas planas independentemente de conceitos ideológicos.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Paulo Seabra, morador na Av. General Humberto Delgado, Santa Comba Dão, possuindo ali uma casa de artigos ortopédicos. Vinha colocar uma questão relativamente à garagem da Casa da Cultura. Como morador tinha tido já alguns contactos com o Sr. Presidente da Câmara e colocava a questão relativa àquela garagem, considerando a situação como vergonhosa. Tinha recebido promessas de que ali não haveriam mais festas, mas o certo é que as festas continuam como no dia 30/01 onde houve barulho até as 4.30 da manhã, fora o resto. A paragem do autocarro serve de antro a muitas coisas, gostaria de convidar todos para assistirem de sua casa ao barulho que existe. Relativamente ao estacionamento pago, como morador e empresário lamentava ter visto o estacionamento completamente vazio naqueles três últimos dias, os clientes fogem. Como morador que era daquela rua, questionava sobre a maneira de entrar pela porta principal da sua casa, tinha que pagar. A alternativa que tinha era a retaguarda do prédio, mas acontecia que o parque ficava completo pelos não residentes, por isso não sabia onde estacionar. Na parte traseira do prédio havia lama, não havia intercomunicadores, os acessos eram miseráveis, não sabendo de quem era a culpa, se da Câmara, se do construtor do prédio. Terminava a perguntar que medidas tinha a Câmara para o comércio local em tempo de crise.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara confirmou os contactos que teve com o munícipe e a garantia dada de que não haveria mais licenças para bailes na Casa da Cultura, mas também era verdade ter havido abusos e que já tinha tido conhecimento dos mesmos. Foram licenciadas aos finalistas duas passagens de modelos, uma para crianças e outra para os finalistas até as 2 da manhã, não tendo licenciado bailes e quando isso acontece o que se deve fazer é chamar as autoridades e obviamente que não havendo licença a GNR fecha imediatamente o baile. Disse também que a GNR podia dizer o que quisesse, mas o que contava eram os factos já referidos. Sobre o estacionamento disse que a ideia era provocar a rotatividade dos lugares. Era evidente que as pessoas tiveram uma atitude negativa e era-lhe grato verificar que afinal e ao contrário do que tinha sido afirmado na Assembleia havia alternativas para o estacionamento pago, se uma delas era a que estava a ser usada no prédio do munícipe, também aqui as autoridades teriam que agir. Os moradores deviam estacionar os seus carros nas traseiras dos prédios, onde aliás pensava haver garagens e não à frente do prédio. As pessoas utilizavam as alternativas existentes mas não podiam utilizar lugares privados como era o caso. Se o local estava cheio de lama isso seria da responsabilidade do empreiteiro e não da Câmara, pois se quisesse intervir estava sujeito a ter mais uma queixa por estar a exorbitar as suas funções e a desperdiçar os recursos públicos. Sobre as medidas para dinamizar o comércio local, disse que havia uma que não conseguiam ultrapassar que era a crise, as pessoas não compram porque não têm dinheiro e

não porque não têm lugar para estacionar. A requalificação que se está a fazer nas ruas e o projecto de mobilidade a concluir nos próximos anos irão permitir que os espaços públicos tenham outro tipo de qualidade para motivar todos a andar a pé e a frequentar esses espaços. A alteração aprovada anteriormente tinha a ver também com os comerciantes, ao terem lugares reservados em frente aos seus estabelecimentos, pagando é verdade mas uma pequena quantia. Terminou dizendo que estava sempre disponível para receber o munícipe, ouvir as suas queixas e tentar resolvê-las.

Seguiu-se a intervenção do Sr. António Pedro Morais de Abreu, morador na rua Mouzinho de Albuquerque, Santa Comba Dão e que vinha reclamar por ter sido colocada naquela rua uma placa indicativa de estacionamento pago o que não estava previsto no panfleto que publicitava aquela medida.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara disse não se ter apercebido da situação. O que estava previsto era o estacionamento ser pago a partir da Av. Sto. Estêvão. A situação iria ser rectificadada.

Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas dezassete horas e trinta minutos, dela se lavrando a presente acta que depois de votada vai ser assinada pelos membros da mesa.